

JOSÉ DE SOUZA MARTINS
ORGANIZADOR

HENRI LEFEBVRE E O RETORNO À DIALÉTICA

Prof^a Ana Fani
Geografia da Metrópole
Aula / 9 Cópias

EDITORA HUCITEC
São Paulo, 1996

5

A INSURREIÇÃO DO USO

ODETTE CARVALHO DE LIMA SEABRA
Professora do Departamento de Geografia, FFCH/USP

O USO é fundante do pensamento de Henri Lefebvre essencialmente porque, na seqüência de suas obras¹, ele busca encontrar as resistências, ou o que denomina resíduos irreductíveis ao domínio da lógica, da razão.

Mas que uso, uso do quê? Uso do espaço, do tempo, do corpo, essencialmente porque abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso...

Esse procedimento, essas indagações não vão acontecendo ao acaso. São formuladas num embate teórico e prático que implica o reconhecimento da prevalência da lógica, da razão como sentido do mundo que, transfigurando-se em razão instrumental (em prática), parece dominar o mundo visto como estratégia de dominação política, que implica também sujeição econômica.

Mobilizam-se aqui dois conceitos: apropriação e propriedade. A crítica radical implicada no conceito de apropriação esclarece a propriedade, no limite, como não-apropriação, como paródia, como caricatura, como restrição à apropriação concreta. Isso se dá porque a apropriação está referenciada a qualidades, atributos, ao passo que a propriedade está referenciada a quantidades, a comparações quantitativas, igualações formais, ao dinheiro (que delimitando o uso tende a restringi-lo).

A história bem que poderia ser lida, contada, interpretada pelo movimento conflituoso entre a apropriação e a propriedade. Esta questão

¹ Henri Lefebvre, *De l'État*, tomes I-IV, Paris: Union Générale d'Éditions, col. 10-18, 1976-1978; *Critique de la vie quotidienne*, Paris: L'Arche, tome I-III, 1946-1981; *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Paris: Gallimard, 1968; *La production de l'espace*, Paris: Anthropos, 1974; *La presencia y la ausencia*, México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

ocupou profundamente a filosofia, uma vez que a apropriação seria o fim da alienação. Em Lefebvre, contudo, a questão do movimento dialético entre a propriedade e a apropriação está formulada como momentos ínfimos que implicam o âmbito do vivido, lugar dos embates entre os diversos processos de institucionalização da vida, como princípios lógico-políticos. Estes embates se travam na textura fina da sociedade, e têm de subverter formas de uso, revolver costumes.

Como, e em que medida tais questões têm alguma importância para esclarecer a práxis? O raciocínio tecnocrático pesquisa, acumula dados, dilemas por vezes verdadeiros, mas está fadado a não ter respostas quanto ao sentido, às direções dos processos histórico-sociais, e muito menos quanto a abrir novas perspectivas. É exatamente porque em H. Lefebvre encontramos um pensamento no qual não há lugar para dogmatismos nem pragmatismos que o pensamento se torna fértil e livre para especular num campo de problemas que, à primeira vista, aparece como inusitado. É assim que ganha sentido a reflexão sobre as particularidades, atributos genéricos do ser, do homem social.

Parece ser necessário indicar, desde já, que Lefebvre não opera um pensamento independente da teoria marxista e independente de alguns teóricos que o precederam, entretanto suas elaborações dão maior alcance ao próprio marxismo.

Preliminarmente, e para os fins deste ensaio, pode-se considerar que Lefebvre quis compreender o momento no qual a forma da mercadoria (valor de uso/valor de troca) insere o uso no seu movimento antitético. Isso quer dizer que a mercadoria tem como precedente o uso, e que o uso implica modo de ser, se insere no costume.

Por ora parece bastante assinalar que em Lefebvre são retomados de forma eloqüente e profunda alguns raciocínios de Marx com vistas à abordagem da sociedade e do social, e que nessa reelaboração ampliam-se a noção e o conceito de natureza, reconsidera-se a alienação e diz-se que, no cotidiano, lugar do embate entre o concebido e o vivido, estão os enigmas pelos quais se discute a sociedade e o social, para compreender o uso.

Neste trabalho estão expostos argumentos que visam pôr em evidência como H. Lefebvre trabalha com o uso, o costume e a diferença para indicar as possibilidades, e eventualidades, de insurreição do uso.

Noções sobre natureza

Há que se destacar em H. Lefebvre maior amplitude da idéia de natureza, pelo menos em relação aos teóricos do capitalismo nos quais ele funda seu pensamento. Por isso Lefebvre aceita e desenvolve o entendimento de que a visão do homem como ser espontâneo tende a recuar, uma vez que a facticidade do processo social vence e que essa energia vital se reelabora de um ponto de vista humano, à proporção que as relações de propriedade invadem domínios amplos da existência e preservem identidades e coerências. Ele avança nesse entendimento — aliás, objeto de Marx nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* — exatamente quando considera dois momentos: um que denominou *rational*, o da dominação pela técnica, pelos instrumentos, pela lógica, e outro o da *apropriação*, que inclui o afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo, o prazer: em uma palavra, a possibilidade da obra. Em Lefebvre os conflitos entre esses dois momentos são essenciais. Aqui se amplifica a idéia de natureza.

Na tradição marxista não se teria explorado o conflito entre esses dois momentos. O momento do racional se refere às ínfimas e às infinitas circunstâncias de realização da lógica, que consistem em procedimentos práticos e teóricos de medir, quantificar, comparar, igualar, e tendem a invadir os mais profundos e complexos conteúdos da vida social. Seriam apreciados pela técnica, pela lógica, pela razão e pela ética, implicando uma prática. Nessa racionalidade de coerência e coesão ficou obscurecida a parte do uso do corpo, do sexo... — porque considerada do âmbito das necessidades — e outra parte, a religiosa, filosófica, considerada pertencente ao âmbito da espiritualidade. Descobre-se, assim, que o momento racional é portador de uma racionalidade mais ampla, capaz de expropriar o sonho, o prazer, o corpo, e que essa expropriação é inerente às relações, não podendo ser ignorada.

Isto não quer dizer que tenha faltado a Marx entendimento do mundo do sensível, da dimensão poli-sensorial da existência. Muito ao contrário, para ele a essência verdadeiramente humana se espelha nas sensações, nas paixões... o homem produz segundo as leis da beleza, afirmou Marx nos *Manuscritos*.

Mas é do conflito entre o momento do racional e o da apropriação

que se ocupa Lefebvre para discutir o uso. Como procedimento metodológico, ele propõe um recuo histórico-genético, encontrando-se assim com as temáticas da *sexualidade* e do *sentido da obra*. São temas que ganham esplendor e beleza em *La Presencia y la Ausencia*. Lefebvre mostra, assim, que esses conflitos se desenrolam ao longo da história, mas só se tornam explícitos no mundo moderno, em seu âmbito cotidiano.

Abordando essas questões, Lefebvre empreende um raciocínio amplo para retirar o problema sexual do terreno da sexualidade tomada como função isolada — como meio de reprodução biológica. Assim, mostra que desde os tempos mais remotos o sexo foi tratado como canal para trocas, se comercializando por meio da prostituição e do casamento. Mostra também que a repressão sexual estaria ligada à organização do trabalho, fato em geral dissimulado por argumentos morais.

“A destruição do espontâneo, do natural, e portanto do uso, não se realiza somente na natureza exterior, mas também na natureza interna do ser humano, o corpo, o sexo.”² Foi num estranho, mas compreensível percurso, que o sexo e a sexualidade entraram no imaginário da sociedade, transformados em objeto de discurso, de produção publicitária.

Quanto ao trabalho, só com a industrialização ele se impõe às duras leis da troca, quando o trabalhador se reproduz como força de trabalho virtual, uma vez que em essência o trabalho tem sido a forma histórica pela qual a razão prescreveu a atividade humana.

No processo de desenvolvimento da forma da mercadoria, tanto elementos de ordem material existentes no mundo, como terra, ar, água, entram no processo de valorização, quanto o próprio homem, sendo de início visto como generalidade; como força de trabalho, e, gradativamente, pelas suas particularidades, pelos seus atributos, já então sociais, históricos. O ser humano que vem da história nunca se separará por completo da natureza, mesmo passando pela antinatureza, pela abstração.

Assim, tem-se que a energia viral, o homem como espontaneidade, mesmo tendendo a recuar, não pode desaparecer, que ele não desaparece à proporção que cresce a artificialidade do mundo. Essa energia se reelabora de um ponto de vista humano, e com isso pode-se dizer apenas que a parte cega da história diminuiu, porque as relações de propriedade

² Henri Lefebvre, *La presencia y la ausencia*, cit., p. 183.

foram invadindo domínios amplos da existência, alcançando costumes e alterando-os. No entanto é no vivo, como o nível da prática imediatamente dada, que a natureza aparece e transparece, como corpo, como uso. É nesse nível que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir. Possibilidade que se funda nas particularidades.

As particularidades

Esses raciocínios iluminam o entendimento das particularidades — biológicas, fisiológicas — as quais atravessando a história travam lutas que podem fazê-las nascer como diferença. A divisão sexual masculino-feminino em princípio não específica mais do que uma particularidade do gênero humano, no entanto o feminino como particularidade luta por se estabelecer como diferença. Se na sua luta ele não consegue afirmação, não chegando a ser reconhecido socialmente por relações recíprocas e amplas, permanece como particularidade, não sem risco de cair em particularismo, por autorizar concepções restritivas — como seria, nesse caso, o sexismo.

A luta das mulheres ao se estabelecer, ganhando visibilidade, ameaça a imagem masculina do mundo, jogo secular de opressões que, divinizando o feminino, o reduz. A facicidade masculina — convenções, normas, valores — se vê ameaçada pelo que a mulher traz de espontaneidade: o desejo, o corpo, a maternidade. A luta do feminino, como particularidade, para se estabelecer como diferença, está em curso. Essa conquista permitirá em algum grau maior fruição, maior uso da sua condição de mulher. A maternidade sem culpa talvez seja um nível dessa conquista.

Pode-se dizer que na atualidade tem havido conquistas importantes que já se traduzem no exercício do direito à diferença. Além do movimento das mulheres são também significativos os movimentos e as conquistas que vêm sendo possíveis aos comumente denominados excepcionais, como por exemplo os cegos e os paraplégicos. Os cegos vêm conquistando, é bem verdade que a duras penas, com esforço e abnegação de muitas pessoas portadoras e não-portadoras de cegueira, um lugar na vida social, implicando formação, educação, desenvolvimento de habilidades apropriadas à sua condição física. Os paraplégicos igual-

mente lutam por um lugar na sociedade, respeitadas as suas condições. Organizam-se segundo suas capacidades físicas, inserem-se no mundo do trabalho, mesmo que com muita dificuldade. É necessário, contudo, realçar que a prática esportiva entre os paraplégicos é uma dimensão objetiva de sua luta, e que por meio dela especializam-se saberes, conhecimentos da medicina esportiva, e redefinem-se conceitos e práticas do próprio esporte. O mais importante, no entanto, parece ser o fato de que com esses momentos repletos de aspectos lúdicos, os próprios excepcionais reconstruam tramas do tecido social, projetando-se para e na sociedade.

A existência concreta e socialmente proclamada dessas diferenças implica modos de usar o tempo e o espaço, e foi gradativamente implicando também mudanças na divisão do trabalho.

Ainda, e apenas para ilustrar a situação em que uma particularidade caiu num particularismo, vale lembrar que o nazismo se fundou numa particularidade, e caiu no particularismo quando conduziu o atributo "ser ariano" a uma estratégia de Estado.

Em suma, se a particularidade se afirma por reconhecimento social pode-se falar em igualdade na diferença, situação distinta da igualdade formal abstrata dos direitos do homem e do cidadão, uma vez que concreta e prática.

Assim, o conflito entre os momentos racionais e os da apropriação envolve as particularidades biológicas, fisiológicas relativas as idades — crianças, jovens, velhos —, ao sexo e à sexualidade, à cor, à inteligência, aos dotes artísticos... condição física... Esse conflito traduz-se numa luta pelo uso, pela apropriação, que absolutamente não é nem poderia ser entendida como marginal, à parte do todo, fora da sociedade e do social. Nesses termos, se o uso se insurge e ganha visibilidade, restabelece a dialética da propriedade em outros termos, em outros planos. É um processo que pressupõe atos práticos.

Logo, a indagação que se segue diz respeito ao entendimento do nível da existência social que suporta estes processos, ou seja, o do cotidiano.

Uso e cotidiano

Considerando que a confrontação uso-troca se opera no cotidiano, formula-se o conceito: o cotidiano é ao mesmo tempo abstrato e concre-

to; institui-se e constitui-se a partir do vivido. Com isso ele traz o vivido ao pensamento teórico e mostra af uma certa apropriação do tempo, do espaço, do corpo e da espontaneidade vital: Apropriação esta sempre em vias de expropriação. O cotidiano, ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade; lugar de realização da indústria cultural visando os modelos de consumo, no que se destaca o papel da mídia. Enfim, no cotidiano, entre o concebido e o vivido, travam-se as lutas pelo uso, sempre envolvendo as particularidades na direção e com o sentido de firmarem-se como diferença.

Assim, o cotidiano está referenciado ao Estado, âmbito da reprodução de relações sociais, ao passo que o vivido se liga às particularidades da reprodução biológica, dos resíduos irreduzíveis não capturados no plano do concebido, sendo o lugar das carências, dos desejos, dos comportamentos, das esperanças e desesperanças, das mulheres, das crianças, dos jovens, dos velhos... O cotidiano se concebe como estratégia do Estado dirigida às classes médias, suporte e produto desse mesmo Estado. Só com a existência das classes médias, ampliadas pelas estratégias de crescimento, é que foi se tornando possível ao Estado erigir-se acima da sociedade.

"É no seio destas classes médias — na média dessa média — que o cotidiano moderno se constitui e se institui. É lá que ele se torna modelo: é a partir desse lugar que ele se difunde para o alto e para baixo."³

A industrialização do cotidiano, fenômeno do mundo moderno, avançando sobre as particularidades, as faz objeto de estratégias mercadológicas; o mercado para jovens não deixa de se diversificar, impondo signos do consumo — as "marcas" —, objetos de todo tipo, teor e qualidade. O consumo do signo ameaça o "uso" como fruição, como desfrute.

Porém ainda mais abjeta parece ser a investida industrial em aparelhos e utensílios domésticos que, longe de simplificar a vida, sujeitam-na à rotatividade derivada de obsolescência programada.

O mundo do brinquedo infantil não é menos oportunista. Nele, a pretexto de, já na infância, se promoverem adequações "necessárias", ameaça-se a própria infância com um esvaziamento de sentido, tendo

³ Henri Lefebvre, *Critique de la vie quotidienne*, tome III, cit., p. 157.

em vista as tecnologias em curso. Os brinquedos eletrônicos conduzem e preparam a passividade do espectador.

Todavia, "qualquer que seja a predominância do valor de troca e sua importância no modo de produção, ele não chega a fazer desaparecer o uso e o valor de uso, mesmo que se aproxime da abstração pura e do puro signo"⁴.

A criança, no limite, continua sendo a expressão da espontaneidade para o viver; já os jovens, porque com os sentidos em plena explosão, estão em condições de desconfiarem, e desconfiam da usurpação de sentido! Eles se rebelam.

Com todos os equipamentos disponíveis e tendo em vista de quantos mais se pode dispor, a cozinha continua sendo "a oficina" onde se alia engenho e arte! Na cozinha combinam-se alimentos: oferece-os ao uso. Sejam quais forem as condições materiais disponíveis, nada suprime ou pode suprimir esse fato.

Mas a produção das necessidades não cessa. Esse fator inscreve o desejo e revela a eficácia da mídia na produção de modelos, de imagens, tendo por alvo as classes médias.

A gestão total do cotidiano como objetivação da indústria cultural e de estratégias políticas do Estado, sobretudo no aspecto mercadológico, ao definir um plano de embate no próprio cotidiano, fez nascer o usuário mais cidadão que cidadão.

Quando o Estado é o outro dessa relação, ele articula, organiza, justifica, trata de ter precedência e, em nome de uma suposta cidadania, encaminha os embates sem ter nenhuma solução; encaminha sempre instituinte, em que pese a história já registrar a metamorfose do usuário em usuário, aquele que usa sem mediação⁵. Arranca o uso. Nesse duro embate entre propriedade, representada pelo Estado, e apropriação, já se

⁴ Idem, *Ibidem*, p. 17.

⁵ Lefebvre propõe conteúdos diferenciados para *wager* e *usager*. Assumimos por *wager* o usuário e por *usager* o usuário. Veja-se a propósito: "Que se considere agora o espaço daqueles que se nomeia com palavras desajustadas e hostis (as *wagers*) os usuários: Não existe palavra bem definida e possuindo uma forte conotação para os designar. A prática espacial os marginaliza bem na linguagem. A palavra (*wager*) usuário tem alguma coisa de vago, de suspeito... chega mal a expressar, enquanto os signos de sua situação se multiplicam e por vezes saltam aos olhos" — Henri Lefebvre, *La production de l'espace*, Paris: Anthropos, 1974, p. 418. De modo que para o usuário estão os modos de consumo, com o que se forja a identidade do consumidor, enquanto para o usuário estão relações de qualidade que implicam fluxos de sentidos ligados à realização de energias vitais: o espaço do corpo, os alimentos, o sono...

recusa o caminho do institucional, até porque o uso pode, no limite, ter-se tornado vital. Os embates acerca do uso do espaço têm sido exemplares.

Assim, apreciando a problemática do espaço, considerando-a como "último episódio" do confronto uso-troca, Lefebvre mostra como a forma antitética da mercadoria (valor de uso/valor de troca) se tornou conflituosa, e como acabou por empirizar a totalidade do processo social. O conflito pelo uso do espaço estaria revelando a essência do processo social: a propriedade lutando contra a apropriação.

Apresentado como dado, sobre o qual se inscreveu a história da sociedade que o tomou por objeto, depois de muito parcelado e vendido aos pedaços, integrando-se ao processo de valorização pelas cadeias de equivalência, como propriedade, o Estado é objeto de lutas "encarregadas".

Isto delimita os problemas relativos ao território, os quais se colocam inicialmente no âmbito dos Estados, escala ou domínio do exercício da soberania mas que propõe também a questão do território e das múltiplas territorialidades para cada um e para todos. Há uma dimensão da territorialidade que se liga ao vivido, sem o que não há vida: trata-se de uma escala demarcável do espaço. A propriedade, com toda a veemência, mostra a sua impossibilidade.

Ora, nesses termos o espaço é estratégia. É preciso circunscrever, prescrevendo as territorialidades, o que não se dá sem contradição: a formalização da exclusão, a não-propriedade. O uso recusado, aquele que não cabe nas prescrições da propriedade, não se pode abolir. Assim recusado, o uso continua como ausência, exclusão da propriedade, e como conflito, se concebendo como tal no âmbito das estratégias dos usuários. Nisso está o conflito, a insurgência do uso.

Lefebvre nos diz enfaticamente que a insurgência do uso no interior da problemática do espaço parece guardar elementos novos, pois esse conflito no e com o espaço vai gerando territorialidades novas, num espaço que revela, porque tornou empírico, o processo social, não obstante estar esquadrihado por fluxos, redes e relações. Por isso, concluirá Lefebvre que se é verdade que o devir se ilumina retrospectivamente, o futuro guarda surpresas, pois se define pelo mundial, pelo espaço.

No cotidiano, inscrito e prescrito, no caminho da gestão total pelo Estado, os resíduos como dimensão de qualidade da existência permanecem intersticiais. Por isso: "As relações do concebido — cotidiano

pensado — com o vivido passam para o primeiro plano; elas contêm uma questão mais vasta, aquela das relações entre o pensamento e a vida, interrogação faustiana mal resolvida pela apologia seja da vida seja do pensamento puro”⁶.

É preciso refletir com base no vivido, mas sem recusar o concebido e sem exaltar a espontaneidade do vivido, pois que ele também se determina; tanto que, analisando-o, é possível ver como a parte cega da história diminui e como no caráter confuso do vivido está tanto a sua riqueza quanto também a sua pobreza. Enfim, o discurso sobre o cotidiano tem de tornar explícito o que está implícito.

Paradoxalmente, a vida cotidiana com seus ritmos e sentidos cada vez mais prescritos constitui um feixe de possibilidades: nela está o melhor e o pior. Talvez o melhor aqui, o pior ali... No cotidiano fragmentário realiza-se abstratamente a sociedade com e pela identidade que lhe empresta o Estado, pelo alto.

No cotidiano, com seus resíduos, define-se o modo de existência social, cujo conteúdo caminha no sentido do urbano, ele mesmo caótico e agitado por insurgências diversas, uma tradução das fragmentações. Nesses termos o urbano se coloca para o pensamento reflexivo como possibilidade de dissociação da sociedade e do social, quando as particularidades não se afirmam como diferença; mas também pode representar as possíveis reapropriações da vida cotidiana e do social.

Abordando as relações entre o vivido e o concebido, Lefebvre mostra nos que o vivido, âmbito de imediatez, não coincide com o concebido. Entre um e outro permanece uma zona de “penumbra” na qual opera o percebido. O percebido corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades... O percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações⁷, e portanto situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e o vivido.

⁶ Henri Lefebvre, *La critique de la vie quotidienne*, tome III, cit., p. 16.

⁷ Na teoria das representações se formulam temas que envolvem: a *ideologia*, envolta em representações; a *alienação*, reclamando um entendimento que supera a autoconsciência; o *conceito teórico*, capaz de esvaziar as representações; a *prática social*, cujo conteúdo são relações de criação — criação como momento de presença. As representações implicam presença e ausência, e são discutidas na dialética da coisa do produto e da obra. Henri Lefebvre, *La présence y la ausencia*, cit.

Trazendo o vivido ao pensamento teórico, Lefebvre reelabora um entendimento da sociedade e do social.

A sociedade e o social

A perspectiva adotada por Lefebvre o conduz a apreciar a superfície da sociedade e do social, domínio de eventos, de circunstâncias, de repetições banais. Isto implica pensar o que não é pensado, o que é pensado como banalidade e quando pensado é desconhecido: o jogo, o risco, o amor à arte... onde o olhar e o intelecto encontram alguma dimensão da realidade. Ali se localizará um embate entre o uso como apropriação e a troca como propriedade. O uso está sempre guardado no costume, fundando modos de ser. A troca também implica, no seu desenvolvimento, modos de ser, pois como lógica que é dirará sempre o ser racional. No seu desenvolvimento a lógica vai sempre invadindo e dilacerando costumes, articulando momentos e níveis. Por exemplo, a acumulação primitiva vista à distância aparece como dominação bruta, total, em função das expropriações que desencadeou. Mas, à proporção que nos aproximamos mais daqueles episódios da história social inglesa, é possível apreciar como a lógica e a troca articulam dimensões do uso do tempo, do espaço, do corpo... a ponto de revolver os costumes. Então, tendo que uma racionalidade imposta altera uma forma específica de uso, e não esquecendo que o uso é um emprego do tempo, conclui-se que ela implicará uma alteração de costume.

Nesse plano, nessa superfície da sociedade e do social, está o vivido. É lugar de imediatez, no interior das inúmeras divisões, dos recortes que a sociedade comporta (por exemplo, a família, a empresa, o clube, a associação profissional, a escola...). É nesse âmbito do vivido que a luta pelo uso se estabelece.

Até o capitalismo moderno a troca não havia restringido o uso, e era inclusive geradora de sociabilidades; sintetizava impressões que saíam do vivido desenvolvendo uma retórica própria, como a dos mercadores e mascates. A própria troca acabava tendo um lugar no costume. Provocava mudanças lentamente. Talvez porque, até então, o tempo da festa, do luto, do lúdico fosse também o do fazer, do conceber, da reprodução material e biológica com seus ritmos e sentidos mantidos no costume.

A mercadoria e a troca são os pontos de partida de Lefebvre para

encontrar as conexões do processo que engendrou no sistema de equivalência os atributos de qualidade, as naturalidades do ser humano. Mas, não obstante Marx ter iniciado *O Capital* afirmando que "a riqueza das sociedades nas quais domina o modo de produção capitalista se apresenta como um enorme acúmulo de mercadorias", Lefebvre insistirá que a teoria da mercadoria e do fetichismo já apresentaram limitações para tratar a complexidade do mercado neste final de século. O mercado se mundializou e se mostra profundamente diversificado; mercado de matérias, de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra, de técnicas, de bens de consumo duráveis, de obras de arte, de signos, de símbolos, de informação... tudo pode virtualmente chegar ao mercado. O mercado aparece em nosso tempo como uma grande construção histórica. As cadeias de equivalência foram invadindo todos os domínios da vida social, entredando no processo de valorização dimensões particulares da existência; a mercadoria foi conformando o mundo e desde o princípio foi estabelecendo conexões com outras cadeias, tais como a linguagem, os contratos, as leis, as técnicas, a informação. Exatamente por esse caráter generalizado e generalizante da mercadoria é que Lefebvre sustenta que a oposição lógica valor de uso/valor de troca já não é apenas lógica, tendo se tornado prática, conflituosa.

Considera-se então que mercadorias não são apenas os produtos que saem das fábricas, mas que fragmentos e momentos da existência social também se realizam nos circuitos de valorização do capital. Um clássico exemplo tem sido o da propriedade territorial, pois quando esta é criada nos circuitos de valorização, transformada em mercadoria, acaba por ser uma variável econômica do capitalismo. Mas, sob esse aspecto, tal temática se atualiza quando se pensa o sentido e as realizações da indústria cultural, já que o que esta realiza é a produção da subjetividade do espectador, querendo tê-lo como usuário, como consumidor. É este ainda um bom exemplo para refletir sobre como o valor de troca e o valor de uso têm que se estabelecer sobre o uso, pois em grande medida essa indústria impõe padrões, comportamentos, valores... imprime novos sentidos, cria novas práticas na vida social. Em suma, vai implicar formas novas de uso do tempo, já como valor de uso e valor de troca. Recoloca-se, assim, a necessidade de rediscutir a alienação.

Marx anotara que a desalienação teria de fazer o caminho oposto ao da alienação. Seria a superação das abstrações. Tanto que a socialização

como superação das abstrações tem figurado no horizonte utópico dos movimentos revolucionários desde o século XIX, comportando polémicas acerca da essência social do trabalho e da propriedade dos meios de produção. Mas, inesperadamente ou inadvertidamente, constata-se que apesar de conter as contradições precedentes, a existência social não se pode conceber a não ser em sociedade, ainda que a sociedade exista como abstração. É nesses termos que se torna ainda mais enigmática a superação da alienação, agora redimensionada tanto pelo conjunto de mediações interpostas como pelas contradições acumuladas. Por isso com razão insiste Lefebvre na comunicação, nos lares, na imagem, que em princípio eram mediações do processo do social mas que, no entanto, foram se autonomizando, ganhando existência em si mesmas, articulando-se funcionalmente às estruturas reprodutivas da sociedade e tornando-se também produtivas. Produzem, agora, a abstração de segundo grau, ou a abstração da abstração: alienação redobrada. Na realidade trata-se do discurso sobre o discurso, da imagem da imagem.

É sob esse aspecto, reconsiderando essa problemática no que ela tem de mais geral e de mais essencial, se situam algumas das mais caras aquisições teóricas de H. Lefebvre:

1. o homem teórico, destinado a viver a sociedade como abstração, experimenta imediatez no vivido;

2. a alienação está envolta em representações, a desalienação pressupõe atos práticos.

Compreende-se então que a superação das abstrações é possível, uma vez que a vida exige atos práticos. Que a diferença é possível, pois, sendo afirmação social das particularidades, os resíduos irreduzíveis, ela chega a ser assumida como atributo da vida social, porque há momentos de presença, de apropriação, que delimitam as expropriações.

Foi ao longo de uma obra que está longe de ser leve, linear, que esses desenvolvimentos se realizaram. Não foi também sem angústia que Lefebvre vislumbrou o cibernantopo no horizonte da técnica, e que num outro extremo indagou sobre o não-trabalho.

O cibernantopo era o limite de realização do homem teórico, aquele que de tão especializado, parcializado, parecia tender a não experimentar imediatez no vivido porque chegava a conhecer a prática, quase, só como teoria, reproduzindo linguagens supercodificadas e funcionando ele próprio como correia de transmissão. Mas, a esse propósito, Lefebvre

considerou que ainda assim, enquanto, mesmo e apenas, através do olhar alguma dimensão da realidade produzir uma estimulação que se traduza em indagação sobre a realidade do mundo, o cibernantropo não se realizza. É nesse limite irrisório que estão destinados a viver milhares e milhares de pessoas nas grandes cidades do mundo. Estão expropriadas de muitos dos seus sentidos e sobretudo dos seus espaços, no que se inclui o espaço vital, o espaço do habitar, lugar de muitos dos experimentos cotidianos. A sociedade expõe assim um imenso drama.

O não-trabalho foi vislumbrado de um ponto de vista lógico por Marx, nos *Manuscritos de 1844*, e agora já se pode apreciá-lo não apenas como conceito. Ele também está no horizonte da técnica, ainda que circunscrito às relações de propriedade. Afinal: "O trabalho não pode ser fim e sentido da vida humana."⁸

Indagando sobre o que fazer com o não-trabalho, como ocupar o tempo social, Lefebvre vislumbra um deslocamento do interesse do produto à obra; do trabalho produtivo à ação poética, do quantitativo ao qualitativo, ao uso.

Em suma, pertence à prática social, âmbito do cotidiano e do conflito entre o concebido e o vivido, a oportunidade da obra. A prática criadora se destaca como ação poética por descontinuidades e separações dolorosas.

Como anteriormente assinalado, Lefebvre trabalha num sentido especulativo/intérpretativo a relação conflituosa entre os momentos que denomina racionais e irracionais da reprodução social. Desse conflito ele explora os possíveis. A obra, o sentido da obra, se inscreve entre os possíveis como valor ou como centralidade estratégica, porque o desenvolvimento da sociedade do trabalho fazia despontar no horizonte o não-trabalho.

Explorando os possíveis

O fulcro do nosso problema continua sendo o de verificar a oportunidade de o uso estabelecer-se superando a lógica, o instituído e mesmo as instituições. A possibilidade de o uso ganhar presença, de permitir apropriações. Essa possibilidade situa-se no âmbito de práticas criado-

⁸ *Ibidem*, p. 40.

ras, e pressupõe relações de criação. Tais relações não coincidem, exatamente, com as relações econômicas e políticas, mas as atingem.

"A exploração do possível por proposições ou representações, pelo simbolismo ou o imaginário... o movimento de análise dialético levado a cabo segundo conceitos metodológicos e teóricos reúne a racionalidade (os meios, os fins) e o irracional (o vivido, as emoções, os sentimentos, os afetos inerentes à obra)? Nas rebeliões situadas no cotidiano e que têm como suporte o vivido, se defrontam as racionalidades e as irracionalidades: saber e conhecer, facticidade e naturalidade, coisa e signo da coisa... nesse embate existem momentos que permitem apropriações; ganha-se presença. Em tais circunstâncias as representações recuam, e no limite tendem a se desfazer. Só a prática criadora, comportando relações de criação, tem uma tal potência, contém o sentido da obra.

A prática criadora revela o sentido do que aparece como desprovido deste. "As capacidades produtivas e criadoras nascem humildemente ao nível do chão; logo emergem do cotidiano e do vivido, se erguem, se ampliam, e por último se desprendem e se tornam autônomas. Então não são mais opostas uma à outra, limitadas uma pela outra, o que as reteve até a modernidade na coerência e na unidade de uma civilização"⁹ 10

O sentido da história contemporânea tem sido o de prescrever essas capacidades, de conduzi-las na direção dos produtos, de torná-las produtivas.

No movimento possível das insurgências não existe em Lefebvre um último ato, porque a presença, ela mesma em vir a ser, se estabelece em lampejos que se integram à dialética do mundo.

A obra em sentido amplo contém o individual, o social, o mundial, a própria civilização. Mas sem limitar ou reduzir o conceito de obra à arte, Lefebvre considera a obra de arte como exemplar. Vê o artista como criador, como aquele que encontra no vivido um lugar de nascimento, sua nutrição. Sem partilhar da trivialidade do mundo e integrar-se à sua prosa, o artista mergulha no vivido para recolher seus impulsos vitais e em seguida volta à superfície do mundo, das coisas, e expressa as contradições e conflitos.

⁹ *Ibidem*, p. 231.

¹⁰ *Ibidem*, p. 221.

"O criador de obra realiza uma dupla criação: a do saber por um vivido e a de um vivido por um saber. O que exclui qualquer expropriação..."¹¹ O ato criador passa através do mundo das representações, das aparências, e as supera"¹². Não cabe dúvida de que certos atos através-sam e talvez transcendam as representações, elevando-se acima da superfície... quais atos? A criação, a poesia, o amor, o conceito teórico... nenhuma obra, nem a obra de arte propriamente dita, nem a cidade, nem a segunda natureza, etc., pode realizar-se sem reunir todos os elementos e momentos, sem constituir uma totalidade"¹³.

O pensamento de H. Lefebvre alcança o conceito teórico, ação "poética", mergulhando na trama e nos dramas do mundo, lidando com as contradições mais finas, e depois emerge, ganhando distância e produzindo interpretações extasiadas.

O reencontro com a remática da "obra" não estaria a explicitá-lo? Não seria o momento da obra uma não-expropriação?

Handwritten notes:
 O ato criador...
 O mundo das representações...
 O ato criador...
 O mundo das representações...
 O ato criador...
 O mundo das representações...

¹¹ Ibidem, p. 224

¹² Ibidem, p. 239.

¹³ Ibidem, p. 96.